



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ

**AUDIÊNCIA PÚBLICA “DITADURA MILITAR: FATOS E
CONSEQUÊNCIAS DAS PERSEGUIÇÕES”,
REALIZADA PELA COMISSÃO DA VERDADE DO MUNICÍPIO DE
MAUÁ
06 DE AGOSTO DE 2014**

PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA – VER. WAGNER RUBINELLI

- Às 19h30min, o Senhor Presidente, Vereador Wagner Rubinelli, dava por aberta a presente Audiência Pública -

O Sr. PRESIDENTE – Boa noite a todos.

Quero agradecer a presença de todos, senhores e senhoras munícipes presentes esta noite na Câmara de Mauá.

Eu, Vereador Wagner Rubinelli, Presidente da Comissão da Verdade do Município de Mauá, declaro aberta a 2ª Audiência Pública “Ditadura Militar: Fatos e Consequências das Perseguições”.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Agradeço e registro a presença das seguintes autoridades que, juntamente comigo, compõem esta Mesa:

Senhora Carla Juliana Picinati Borges, Coordenadora de Políticas de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, representando o Senhor Fernando Haddad, Prefeito de São Paulo;

Registro também a presença do Vereador Edgard Grecco Filho que é relator da Comissão da Verdade do Município de Mauá.

Quero agradecer a todas as demais autoridades que aqui se encontram e, neste momento, eu gostaria de convidar o Padre Walfrides Praxedes para fazer uso da cadeira, que será o primeiro depoente.

Só pediria para o padre aguardar um minutinho que o nosso relator também dará uma palavra aos senhores presentes.

O VER. EDGARD GRECCO FILHO - Boa noite a todos.

Cumprimentar a Mesa, os jovens interessados em conhecer um pouco da história política da nossa cidade, o que é importante, porque vivemos num país, uma vida de transformações, os costumes mudaram, a liberdade de expressão hoje é um fato, a liberdade de ir e vir também.

Mas a consciência de nós, que fizemos parte da história... Eu na década de 70, mais estes companheiros aqui, foi em 1950, tenho certeza que os depoimentos deles, principalmente aos jovens aqui interessados na história política do Brasil e, em especial, da nossa cidade, com certeza será o alimento para que vocês dêem continuidade, acreditando que esta vida é para todos, que temos que entender melhor e lutar efetivamente para uma redistribuição da riqueza do nosso país.

O pressuposto da democracia é a liberdade de expressão, a educação, a saúde, o transporte, o trabalho, a renda e nós precisamos estar aqui, independente das cores partidárias, padre, nós temos que ter esta consciência, de começar a dar continuidade na semente que vocês plantaram para nós.

Então, a minha felicidade, a minha força interior é pautada em companheiros como o Padre Praxedes, o Olivier, a dona Júlia, o senhor Hélio, pessoas que fizeram a história política de nossa cidade. Foram presos, torturados e hoje estão aqui para rever um pouco.

E que vocês saiam daqui com esta consciência, de continuar lutando.

Esta juventude tem que ter uma autocrítica mais aguçada, tem que participar da vida política de nossa cidade, que é assim que se forma uma classe política mais consolidada, buscando soluções sociais para a nossa cidade.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Então, Padre, continuo acreditando na redistribuição da riqueza.

Não é possível uma cidade de Mauá, que tem um pólo industrial capitalista rico, tanto o pólo petroquímico, como o pólo industrial e 16% da população, 67.221 pessoas, vivem em estado de vulnerabilidade.

Não vou me alongar, porque nós queremos ouvir os depoimentos de vocês, mas esta certeza de que nós estamos revivendo as pessoas que fizeram que eu estivesse aqui na tribuna como Vereador, defendendo as políticas sociais da cidade.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O Sr. PRESIDENTE – Antes de passar para o depoente, eu quero passar para que a Senhora Carla Juliana, representando o Senhor Fernando Haddad, faça uma breve saudação.

A Sr^a CARLA JULIANA PICINATI BORGES – Boa noite a todos.

Em primeiro lugar, em nome do Prefeito Haddad, eu queria parabenizar pela Comissão da Verdade aqui da Câmara de Mauá.

A gente fez questão de estar presente para prestigiar esta audiência, já é a segunda que vocês estão fazendo e o Prefeito vê com muito bons olhos a multiplicação de tantas comissões da verdade pelo país todo.

Nós também, chegando mais recentemente, acabamos de sancionar a Comissão da Verdade do Executivo Municipal, lá na Prefeitura de São Paulo. Já existem várias outras comissões que também atuam na cidade, na Câmara, na Assembléia, e esta comissão do Executivo vai ter muito a função de olhar para dentro de Casa e apurar qual foi o papel da Prefeitura durante a repressão.

Infelizmente a gente sabe que ela teve uma atuação muito importante, o serviço funerário, o cemitério sempre vinculado à Prefeitura, o cemitério de Perus, em vários outros casos como estes. Funcionários que sofreram perseguições, professores que foram impedidos de tratar certos temas em salas de aula. Este vai ser o foco muito preciso da comissão que está para ser instalada.

Então, parabenizar novamente.

São 50 anos que se passaram do golpe e a gente sabe tão pouco desta história, então, que venham muitas comissões, muitas



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

audiências para que a gente entenda melhor este passado e evitar que se repita de novo, novamente outras formas de repressão que nós testemunhamos naquela época.

Então, bom trabalho e vamos ouvir os nossos depoentes.

O Sr. PRESIDENTE – Muito obrigado.

Quero registrar a presença da Senhora Maria Júlia Lobo, que é do Centro de Memória e Resistência do Povo de Mauá e região.

Quero registrar também a presença da Doutora Claudete Porto, ex-Vereadora, que representa o Senhor Waldir Luiz, Secretário de Esporte, Cultura e Lazer da nossa cidade.

Quero registrar a presença do nosso colega e ex-Vereador Olivier Negri Filho, também do Centro de Memória e Resistência do Povo de Mauá e região.

Quero agradecer a presença do nosso Secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Mauá, Doutor Eudes Mochiutti.

Seja muito bem-vindo, doutor.

Quero passar a palavra ao nosso convidado, Padre Walfrides Praxedes.

Nós estivemos aqui, Padre, já na primeira audiência, contamos com a presença do Padre Mahon que falou um pouco para todos aqui da cidade de Mauá e para a Comissão, como foi aquela época dura de perseguições, de torturas e prisões.

E hoje, na segunda audiência, nós temos o prazer de ter o senhor aqui para continuar falando um pouquinho deste período.

Nós temos aqui vários depoentes, então, gostaríamos, se possível, que o senhor sintetizasse tudo num espaço de 15 a 20 minutos.

Muito obrigado, Padre.

O PADRE WALFRIDES PRAXEDES – Esta memória da participação da gente num período da ditadura é uma dura memória, porque fere o coração da dignidade humana, do nosso povo, de todos os ideais que foram sepultados naquela época, uma época em que não se poderia sonhar, projetar, mas que nós tínhamos sempre que dizer: “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Era o lema da ditadura e todos que se opunham ao poder militar, eram tido como antipatriotas.

Então, eu, naquela época, vou reduzir a minha declaração em um período relativamente curto, mas muito significativo, em que eu estive de 1963 a 1969 atuando no Jardim Zaíra, como primeiro pároco.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Era uma paróquia recém fundada e eu fui o primeiro pároco. Foi uma experiência de trabalho direto, com um povo muito pobre vindo do nordeste, do interior de Minas e do interior de São Paulo.

Chegou empurrado pela necessidade de trabalho com um ganho melhor do que estava sujeito a ganhar na roça ou em pequenas cidades.

Para formar nesse povo, uma nova consciência de dignidade baseada na justiça e na liberdade, procurei dirigir minha atividade não apenas a uma religião de culto e prática de devoção. Estimulado por Jesus que viu e se interessou pelo camponês, quase sempre expulso das suas férteis propriedades pela ocupação da Galiléia, pelas forças militares do Império Romano.

Percebeu que se tratava de um pobre “empobrecido”. Acompanhou Jesus o sofrimento do lavrador que prepara a terra nem sempre produtiva a ele destinada, acompanhou a semeadura, o crescimento da planta e se alegrou com a colheita. Observou os desempregados que aguardavam nas praças, serem contratados por um dia. Esteve com as mães que o procuravam com seus filhos pequenos.

Vivia rodeado de doentes, pobres e ignorantes, desprezados e humilhados, desequilibrados e malucos. Eu lia o evangelho e lia a história do povo do Zaíra.

Também eu não podia passar indiferente pelas ruas poeirentas ou enlameadas do meu bairro. Sofri o impacto com o que vi. Jesus veio para que todos tivessem vida e sofreu as dores do seu povo. Não podia ser diferente para mim, que queria ser seguidor e discípulo de Cristo.

O cenário, pois, que encontrei foi este: a evidente pobreza de um povo que morava em pequenos lotes pagos a “suaves” prestações, em casas inacabadas, construídas em mutirão de parentes ou amigos nos fins de semana, abrigando em seu interior numerosa família, sem nenhum conforto, pouca roupa, pouca comida, salário curto.

O que talvez mais custasse para esse povo foi passar por uma rápida e agressiva transformação: de lavrador a operário, de caipira a cidadão de metrópole. Nesta situação a Igreja não se contentou em alimentar a religiosidade restrita ao culto, à catequese e às bênçãos.

Tinha tudo isso, mas preocupava-se também com as condições de vida e trabalho daquele povo que ocupou o Zaíra na década de 60.

Ali trabalhei, me alegrei, me entusiasmei, sofri, fui acolhido e também não compreendido.

Desde o início, sem o mínimo recurso material, só foi possível permanecer no bairro, porque encontrei boa vontade e



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

generosidade, em pessoas como Oliver Negri que me alimentou em quase todo o tempo em que estive no bairro.

Sua sogra e vizinha, dona Maria Lopes, cedeu-me dois cômodos na frente de sua casa onde dormia e atendia as pessoas que me procuravam. Não tinha igreja, a não ser a capela do Coração de Jesus, muito pequena, situada no meio do bairro.

Rezava a missa sob uma cobertura, sem paredes em um terreiro alagadiço, onde se ergueria depois que eu saí, a atual Igreja Matriz que hoje se dedica a São Paulo Apóstolo. Relato isso para deixar bem claro que não há como servir ao povo trabalhador e pobre senão vivendo as mesmas condições.

Eu não era um intelectual orgânico muito em voga naquele tempo. Não cheguei lá com pretensão de impor ideias revolucionárias estranhas à mente daquele povo.

Ao ver a situação, pensei muitas vezes na visão e sentimentos de Jesus: sofreu o sofrimento dos que o procuravam com suas chagas expostas. Busquei alguma prática coerente com o que aprendi com o Divino Mestre: dar a todos consciência de si mesmos, da vida que levavam e que não era digna, formar lideranças que se tornassem capazes de assumir responsabilidade na busca de meios que levassem a melhores condições de vida; enfim, criar instrumentos para isso.

O trabalho resultou em espaços de participação. Foi brotando na mente e no espírito das pessoas, o desejo de liberdade, de organização e interesse pelo bem comum. Ficou claro que os trabalhadores deixavam na fábrica suor, saúde e vida, mas não dava pra viver do seu trabalho.

O gasto de energia não revertia em benefícios para suas famílias e muito menos percebiam alguma melhoria no bairro: ruas de terra mal conservadas, esgoto inexistente, falta de água encanada, falta de um posto de saúde, uma só linha de ônibus fazendo muitos caminharem longas distâncias, uma só escola primária, praticamente nenhuma assistência à infância, etc.

Nos 06 anos que morei no Zaíra deu para perceber até onde chega a exploração capitalista: esgota o trabalhador, reduz à pobreza permanente suas famílias que são esquecidas pelo poder público em bairros precariamente servidos. É assim que se garante a reserva de mão de obra barata que se reproduz nos bairros pobres.

Eu não podia, em consciência, encarar isso com água benta e promessa de vida futura. Pelo contrário, todo o meu entusiasmo de jovem padre foi canalizado na formação de uma consciência transformadora das condições de vida a partir do bairro.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

O trabalho constante visou à formação de cristãos cidadãos participantes e construtores de um mundo novo. Aproveitamos para isso todos os recursos comuns a uma paróquia: as missas, as homilias, a catequese, as devoções, as reuniões, as festas.

Em todas as ocasiões insistíamos que estávamos num bairro, precisávamos olhar para a vida dos seus moradores, nós mesmos éramos moradores como todos os demais.

Mas seria um olhar interessado, não indiferente, na busca de solução para os graves problemas que enxergava. Para conhecimento e julgamento da realidade, usávamos ensinamentos do evangelho, tentávamos captar o modo humano de Jesus viver, e os recursos ou instrumental das ciências sociais. Isso nos fornecia sua adequada leitura e interpretação da realidade.

A teoria era passada em reuniões, assembleias paroquiais, encontros de estudo. Mas o importante foi a prática gerada por esse esforço de formação.

As lideranças amadureceram não apenas participando de encontros e atividades da igreja, mas também na reestruturação da Sociedade Amigos de Bairro, na formação da Cooperativa Popular de Consumo, na formação de grupos de mulheres, em movimentos para reivindicar água encanada, esgoto, calçamento, posto de saúde, creche, mais e melhor transporte coletivo, escola, etc.

Todas as atividades eram programadas e revisadas nos diversos grupos de interesse, mas, depois, para despertar também interesse coletivo, a atuação das lideranças era colocada, discutida e apreciada em assembleias paroquiais mensais.

Estas eram abertas a todas as pessoas, mesmo as que não participavam de grupo pastoral. Além de uma visão de conjunto, tais assembleias podiam despertar interesse para uma maior participação.

Com o advento do regime militar que restringiu a participação livre nos sindicatos, nos grêmios estudantis, nas comissões de fábrica e nas associações populares, não é de se estranhar que o modo de fazer pastoral no Zaíra e em diversas outras paróquias do ABC, chamasse a atenção das autoridades.

Estava claro que em nenhum momento apoiamos a ditadura, embora fossemos comedidos nos nossos comentários públicos.

Víamos como urgente e indispensável uma tomada de posição. Para isso concordamos em reunir um grupo de pessoas que já atuavam na paróquia e no bairro para análise da conjuntura sócio-política e possível resistência aos militares no poder. Sabíamos, sobretudo a partir de 1968 e do AI -5, que ser contra os chefes militares, em posse do poder, era considerado antipatriótico.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

“Brasil- Ame-o ou deixe-o”, bradavam eles a todo o momento.

Nossas lideranças, impulsionadas pela fé, em nome dos valores evangélicos, em nome da liberdade de expressão e organização, começaram a somar forças para resistir. Sem abandonar as conquistas já obtidas em favor dos moradores, começavam a se organizar também politicamente contra o regime participando de ações públicas na defesa das liberdades democráticas que nos eram negadas.

Em consequência, todas as nossas atividades passaram a ser vigiadas: celebrações, homilias, tentativa de espionagem nas nossas reuniões do grupo, festas, encontros de formação, etc.

Em meados de 1969, mais ou menos, o DOPS começou a perseguição ostensiva no Zaíra e nos movimentos pastorais populares promovidos pela Igreja.

Num belo dia, quando presidia uma assembleia paroquial, fui avisado de que os militares haviam prendido Monsenhor Antunes, pároco da Catedral de Santo André e Pe. Rubens Chassereaux, pároco de Nossa Senhora das Dores, na Vila Palmares, alarmando os paroquianos. Era também avisado por Dom Jorge que estavam a caminho do Zaíra para me buscar.

Com o telefone censurado era arriscado fazer uso dele. O bispo, no entanto, não teve outro meio de me avisar. Viajei imediatamente para Cianorte, PR, para buscar algumas orientações jurídicas com meu irmão Benedito, advogado.

Fiquei alguns dias com ele, aflito por não ter notícias dos meus companheiros do Zaíra por causa da censura que tornava perigosa qualquer comunicação.

Depois que voltei, nasceu e amadureceu a ideia de morar no interior. No segundo semestre de 1969, isso se concretizou. Deixei a paróquia doente, esgotado e precisando de uma reciclagem na minha vida de padre.

Pensei em formar uma equipe de 03 padres em Mococa, SP. Infelizmente isso não deu certo e 02 meses depois era nomeado pároco de Altinópolis, SP, diocese de Ribeirão Preto. Eram alguns dias após 07 de setembro.

A pequena cidade, sobretudo os paroquianos estavam agitados, porque um padre passou por lá, celebrou duas ou 03 missas e seu sermão foi considerado subversivo e uma devota o denunciou. O padre acabou preso.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

De imediato organizei um abaixo assinado em defesa do padre, em que pessoas influentes da cidade que estiveram em alguma das missas, o inocentavam.

Também nos dias da minha chegada em Altinópolis, o clero em peso da Diocese de Ribeirão Preto excomungou o delegado da cidade por ter prendido 02 padres que atuavam na Pastoral da Terra, na zona rural. Eu fui um dos signatários de tal documento.

Evidentemente a perseguição dos militares, via DOPS, se estendeu por todo ABC. Muitas prisões de líderes sindicais, estudantes e populares. Mauá e especialmente o Jardim Zaíra, bairro e paróquia tiveram presos seus líderes.

Da paróquia e bairro foram presos 20 pessoas aproximadamente. Sofreram diversos tipos de tortura, e uma, o Raimundo, foi assassinado. Um tempo de terror.

As pessoas simples tinham medo de repressão a qualquer atividade da paróquia. Sob o ponto de vista pastoral a paróquia se tornou um terreno perigoso, minado.

Pároco em Altinópolis corria por lá boato, vindo de São Paulo, que me transferira para lá com intenção de formar lideranças na zona rural. Na verdade nada entendia do assunto. Mas, numa tarde do início de 1971, parece-me, o Delegado Regional de Ribeirão Preto me chamou e transmitiu uma ordem: devia comparecer no DOPS de São Paulo em data e hora marcadas. Meu nome constava em todos os depoimentos dos que foram chamados antes.

O inquérito sobre eles terminara e deixava clara minha participação em suas atividades “subversivas”. Minha convocação era esperada dada a importância da paróquia em quase todas as ações de resistência à ditadura.

Não me lembro ao certo quantas vezes compareci ao DOPS. Tinha que suportar um cansativo interrogatório que se estendia das 12 às 18 horas. Na minha frente, repetindo as mesmas perguntas os inquisidores se revezavam.

Eu sempre me fazia acompanhado do Padre Orozimbo Dias Miranda, colega e amigo desde infância, que assistia a JEC (Juventude Estudantil Católica). Dom Paulo Evaristo acompanhava tudo e mantinha-se informado pela advogada Dra. Zélia Machado.

A rotina das acusações repetidas, as mesmas perguntas, as inúmeras fotos, sobretudo as do 1º de maio de 1968, na Praça da Sé, em que foi incendiado o palanque em que discursaria o governador Abreu Sodré. Protegido por Dom Jorge, Sodré conseguiu fugir pela catedral saindo pelos fundos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

As lideranças do Ato da Sé não apoiavam esse ato de vandalismo que só poderia aproveitar à repressão. O fato é que as 10.000 pessoas que estavam na Sé voltaram às costas para o palanque oficial e fizeram seu ato junto ao monumento de José de Anchieta.

Dali, seguimos de forma organizada em fileiras de braços entrelaçados que ocupavam toda largura das Avenidas São João e Ipiranga até chegar a Praça da República.

Pude ver inúmeras fotos da manifestação da Sé, feitas do alto dos edifícios que cercavam a Praça. Ampliadas, tais fotos mostravam claramente a mim e muitas pessoas da Paróquia. Nenhuma delas aparecia em ato provocativo.

Muitas eram fotos que interessavam aos agentes; provavelmente eram de pessoas já presas ou procuradas, que eu não conhecia. Retomando nossa caminhada, encerramos o ato em torno do coreto da Praça da República, onde houve alguns discursos de repúdio à ditadura. José Nanci liderou este momento.

No interrogatório a tônica era a acusação à ala progressista da Igreja que acusavam de subversão comunista. Assim Dom Jorge e os padres presos ou interrogados eram chamados de comunistas infiltrados no clero.

Ajudar na formação de uma consciência de liberdade, de justiça, de vida digna era crime a ser punido. Frequentemente eu era ameaçado de tortura.

Sabiam que as 03 cirurgias no rim direito certamente não suportariam tortura. Mas, se eu “não colaborasse”, o famoso e temível torturador Fleury estava sempre disposto para o serviço. Também faziam chantagem com a idade e saúde precária da minha mãe. Diziam: “Sua mãe já sofreu dois AVC’s. Se souber que você se meteu nessa encrenca, ela morrerá num terceiro”.

Esgotadas todas as perguntas deram-me umas folhas em branco para eu descrever minha atuação em Mauá. Foi nesta ocasião que fui acareado com José Nanci que insisti ser um paroquiano da Catedral de Santo André e que me ajudava na formação de lideranças. Nesta ocasião fiquei chocado com seu estado físico. Tinha o rosto desfigurado, todo ferido de golpes, com marcas de sangue e hematomas.

A seguir puseram-me num elevador e fui levado para um lugar lúgubre. Quando abriu a porta, dei de cara com as celas de carceragem, por cujas pequenas aberturas via rostos com olhares curiosos para identificar um possível companheiro que chegava. Fui tomado por uma dolorosa angústia e pensava: “É agora que ficarei preso”.

Mas não era a prisão. Ao lado havia uma sala com apetrechos para receber a impressão das duas mãos abertas e de cada um dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

10 dedos. Imprimi várias cópias que seriam enviadas para diversos órgãos de inteligência. O curioso era notar a mesa do funcionário que fazia o serviço: sobre ela e a parede estavam pregados santinhos de Santa Teresinha, São Miguel, São Jorge, Anjo da Guarda e outros.

Limpas as mãos e dedos, o último ato: a foto com o devido número pregado no peito. Terminada a cerimônia mais uma vez pensei: “Agora é cela!”, não foi.

Para minha surpresa e momentâneo alívio, colocaram-me de novo no elevador e voltei à sala do inquisidor. Ele me disse: “Da minha parte terminei. Agora depende do tribunal”. E acrescentou com sarcasmo: “Você crê em Jesus Cristo, não é? Ele vai libertá-lo”.

Não fui mais chamado para nada. Sobrou a amargura pela morte de Raimundo, a dor e humilhação de muitos amigos torturados, o horror que fica gravado na memória e no inconsciente.

Naquele tempo a juventude e também experientes líderes de todos os organismos atuantes na sociedade brigavam pela liberdade. Também boa parcela da Igreja soube exercer o profetismo.

Queríamos um povo mais feliz e humano.

Lutávamos com armas da fé, da esperança e desejo de um mundo sem exploração e violência que sufocam os sonhos e calam as vozes de alegria.

Que a Igreja jamais se esqueça na sua ação profética que “a glória de Deus é o homem realizado”.

E tenho dito.

(aplausos)

O SR. PRESIDENTE – Muito obrigado.

Ficamos, nós da comissão da Verdade, agradecidos pela sua importante colaboração.

Muito obrigado.

Eu quero registrar a presença dos alunos do curso de Serviço Social da faculdade FAMA, juntamente com a professora mestre Raquel Quintino.

Muito obrigado pela presença de todos vocês.

Quero convidar agora para prestar o seu segundo depoimento, o Senhor Hélio Jerônimo da Silva.

O senhor pode tomar assento à Mesa.

O senhor tem também de 15 a 20 minutos para fazer as observações e para registrar o que achar necessário.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Muito obrigado pela presença.

O SENHOR HÉLIO JERÔNIMO DA SILVA – Obrigado, Edgard, este é um velho amigo que nós temos. Agradecendo aqui ao Wagner Rubinelli e à senhorita Carla, representante do Prefeito do município de São Paulo e também aos demais companheiros que estão aqui atrás.

Eu queria só enfatizar uma história que nós passamos aqui em Mauá, de 1970 a (*inaudível*).

Falar do Raimundo Eduardo da Silva e da minha família que sofreu mera repressão nessa data de 68, praticamente até 79, quando houve a anistia, é que praticamente nós ficamos um pouquinho longe e não pensando mais em tortura.

Apesar de que ainda existem hoje também várias torturas pelo país. Certo?

(Palmas)

O Sr. HÉLIO JERÔMINO DA SILVA – Muito obrigado.

Então, eu falo para vocês o seguinte: por volta de 1969 quando houve o Ato 5, nós tínhamos uma luta muito importante nos bairros, tanto no Jardim Zaíra, como em outros bairros de Santo André, Mauá, São Bernardo do Campo, etc.

O Padre Praxedes narrou aqui com uma grande veemência e uma grande importância a história daquela época.

Além de nós sermos perseguidos pelos movimentos que nós sentíamos no Jardim Zaíra, através de reivindicações do bairro, que na época era difícil... Por que era difícil?

É como o Padre acabou de falar, não existia asfalto, não existia água encanada, não existia luz, não existia nada disso.

Só existia o quê?

Barro e bastante pó!

Quando não tinha o barro, era o pó!

Condução não tinha! Era muito pouca condução! Era um ônibus de cada hora em hora!

Então, tinha que *ter que fazer* alguma coisa!

Alguém tinha que fazer alguma coisa!

Tinha que lutar pelos seus direitos!

Aliás, nós pagávamos impostos naquela época, não pagávamos para a Prefeitura, mas pagávamos pelo latifúndio, que era o Dr.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Chafic, que era o dono do Zaíra. Por isso se chamava fazenda Zaíra, nessa época em que eu fui pra lá 1958.

Bom, aí começou a surgir a luta de classe, a luta por reivindicação e nesse meio existiam várias pessoas que começaram esse movimento. Um era o Raimundo Eduardo da Silva, o Olivier Negri, que está presente aqui, a Julia, que está aqui, a Gilda e daí por diante nós começamos a batalhar.

Eu pertencia na época, praticamente, ao Partido Comunista, certo? Também para lutar por uma causa justa.

Até hoje eu me sinto culpado, porque naquela época, quando eu cheguei, quando nós começamos o movimento, começamos com o Olivier Negri pai, com Sr. João e outros que me falham a memória aqui.

Começamos a brigar.

Daí foi criada, através dos movimentos, a ação popular.

Essa ação popular veio, porque a gente não podia falar muito do Partido Comunista.

Tinha que criar outro órgão.

Que outro órgão?

A ação popular, que era a luta pelos direitos dos trabalhadores e da comunidade.

Bom, por que veio a repressão um pouco mais?

Por que o nosso pessoal foi perseguido?

Porque já começou na época, o AI-5 foi decretado pelo Governo Federal da época e começou a perseguição.

O primeiro a ser preso lá no Jardim Zaíra foi o Olivier Negri Filho. Depois foi a companheira, depois veio o Gil, a Júlia, a Gilda e outras pessoas.

Mas eles achavam que o peixe maior que tinha no Jardim Zaíra era o Raimundo Eduardo da Silva, que é o meu irmão.

Então, começaram a perseguição, até que conseguiram pegar o Raimundo. Levaram o Raimundo para o DOI CODI, Estado de São Paulo e chegou lá, ele foi preso no dia 23 de dezembro de 1970 e apareceu morto no dia 04 de janeiro de 1971, isso quer dizer que foi praticamente 09 ou 10 dias que prenderam ele, mataram ele e enterraram ele em Guaianazes como indigente.

Daí nós corremos pra cá, corremos pra lá e tal e nós fomos também muito perseguidos. A nossa família, de 1971 até 1979, foi perseguida.

Fui preso também, algemado, saindo da Volkswagen, para a seccional de São Bernardo.

Fiquei lá 02 dias preso.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Mas tinha uma senhora, chamada Dona Teresinha, que era assistente social, ela compareceu lá na seccional de São Bernardo e fez uma força tremenda para que eu fosse libertado.

Não constava algumas irregularidades dentro da empresa e, sim, talvez onde eu morava. Eu participava também dos movimentos.

E aí foi indo.

Então, eu só queria dizer para vocês que hoje existem muitos trabalhos, muita luta na continuidade daquela luta em que nós estivemos e ainda existe hoje, ou seja, muitos trabalhadores fazendo greve, os movimentos sociais ainda existem e a todos esses movimentos eu dou os parabéns, porque a luta nunca pode parar. Ela sempre tem que continuar.

Os jovens que estão aqui presentes, as outras pessoas que estão aqui presentes... Quando uma pessoa fizer uma greve, se ela fizer greve, tanto faz o motorista, como o trabalhador de fábrica e tudo, eles estão certos, porque eles estão brigando pelos seus direitos.

Às vezes muita gente fala: “Nossa, não tem condição, não tem isso”.

Está certo!

Mas alguém tem que fazer alguma coisa, porque se não for a greve, o patrão não vai lhe valorizar.

Pode até ser que um será dispensado, mas os companheiros devem falar: “Foi dispensado? Foi. Nós vamos lhe arrumar um serviço em outro lugar”.

Mas não esqueçam que a luta é sempre daquele pessoal mais humilde, que somos todos nós que estamos aqui.

Muito obrigado, gente.

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE – Obrigado, Sr. Hélio Jerônimo da Silva.

Eu gostaria de convidar agora para tomar assento aqui na mesa e prestar o seu depoimento, o Sr. Luiz Soares da Cruz. (Pausa).

Boa noite, Sr. Luiz, o senhor tem de 15 a 20 minutos aproximadamente para o senhor também explicar tudo o que achar pertinente sobre esse período, tudo o que o senhor achar necessário de deixar registrado aqui para a Comissão da Verdade do município de Mauá.

Muito obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

O Sr. LUIZ SOARES DA CRUZ – Boa noite a todos.

Eu que agradeço ao convite.

Antes de mais nada, para mim é uma honra, é um prazer estar aqui para falar um pouco da minha experiência que não é tão grande, a experiência que eu tive na ditadura não é tão grande quanto a dos companheiros que me antecederam, mas também teve marcas do que foi a ditadura no nosso país.

Vou centrar, digamos assim, nas ações mais diretas, porque acho que o tempo que nós temos aqui é o que vai permitir que a gente fale um pouco.

Embora a minha atuação enquanto cidadão, enquanto trabalhador, sempre foi na perspectiva da democracia, na perspectiva da participação popular e a minha ação teve duas áreas, tanto do movimento popular, como do movimento sindical, porque como já foi falado aqui pelo Padre Praxedes, a cidade de Mauá é uma cidade eminentemente operária, formada por pessoas que vieram do interior, pessoas que vieram assim do campo, que trabalhavam na roça.

Os meus pais eram da roça, do interior e deixaram todo aquele trabalho do plantio para trabalhar nas empresas, na construção civil, enfim.

E daí eu nasci aqui em 55 e a minha formação foi uma formação também católica na perspectiva cristã e com o desenvolvimento, com o crescimento que cada um de nós temos, cada um tem as influências, recebe as influências. Todos nós interagimos e nos influenciemos uns aos outros.

Nesse processo, além da igreja, pela escola, eu lembro que quando eu estudava no colégio estadual Visconde de Mauá, o famoso Viscondão – o pessoal mais antigo aqui sabe, acho que hoje é o Theresinha Sartori, né? O Professor Theresinha Sartori – então, nesse colégio davam aula grandes professores, daí a grande importância na educação, a qual nós temos que destacar, que informavam os alunos e formavam os alunos na perspectiva diferente que era entender o que estava acontecendo naquela época.

E nós, na medida em que éramos adolescentes, estávamos com os nossos 14, 15, 16 anos, começávamos a ter consciência do que era o país em que nós vivíamos, do que era o Estado e como é que esse Estado era administrado.

Então, foi naquele momento, naquele período dos anos 70 que nós já começamos a ter uma participação.

Lembro muito bem, não sei se tem aqui alguém que participou, mas logo nos anos 70, 71, foi criado um grupo de teatro chamado



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Grupo de Teatro da Comunidade, que era o TECO, formado por jovens. E esse grupo de teatro, eu cheguei a participar dele, não desde o começo, porque eu entrei depois no grupo, mas foi um grupo que também se organizava, discutia a realidade em que nós vivíamos e tinha uma atuação aqui na comunidade.

Enfim, foi a partir daí que eu comecei a minha atuação e a ter certa consciência do que estava acontecendo, uma formação mais materialista, que a gente chamava materialista dialética, onde a gente tentava entender a sociedade a partir do modo de produção, como as coisas eram geradas, produzidas e apropriadas pelas pessoas, enfim, e a grande exploração que existia.

O meu primeiro emprego eu lembro que foi numa empresa aqui no Sertãozinho, a *Rarven Rubber*, que eu acho que não existe mais, aliás, não existe mais. Lá não foi o meu primeiro emprego, foi em 73 e a gente já começou a discutir, porque eu trabalhava numa área em que eu sabia o preço da matéria prima e sabia o valor dos salários.

Então, eu comecei a divulgar isso lá para os companheiros.

Naquela época dificilmente tinha uma mulher na produção, mas tinham muitos homens e a gente divulgava isso lá, então, gerou toda uma efervescência e como eu já tinha uma consciência do que era a repressão, a ação da ditadura, eu acabei saindo da empresa, eu fiquei lá só 06 meses.

Aí passei a trabalhar na Santa Marina, fábrica de vidro, todo mundo conhece, tem até hoje e na fábrica de vidro já me sindicalizei no Sindicato dos Vidreiros, ficava lá em São Paulo, no Brás, acho que ainda está lá a sede, e a partir dos vidreiros... Eu fiquei 05 anos na Santa Marina, depois a fábrica fechou, voltou a funcionar, eu voltei a trabalhar lá e comecei a ter uma participação sindical assim inicial, sem saber muito bem o que era o sindicato, até que surgiu o movimento grevista de 78 lá em São Bernardo e isso me chamou muito a atenção, porque: “Poxa vida, olha os trabalhadores estão se organizando, estão lutando, estão indo a luta e é tudo que nós queremos”. Nós queremos fazer frente a esse Estado que está aí.

Já vínhamos atuando aqui na cidade de Mauá através de alguns organismos que nós criamos aqui a partir de uma ação cultural junto às paróquias.

Nós tínhamos uma atuação aqui junto à Paróquia São Pedro que ficava aqui na Vila Guarani, fica na Vila Guarani e que envolvia também os bairros Jardim Mauá, Vila São João e Itapeva, que eram esses bairros que estavam dentro, vinculados à Paróquia São Pedro da Vila Guarani.

Nesse momento, o que aconteceu? A gente fazia um trabalho, foi naquele período ainda onde começaram a surgir as comunidades eclesiais de base, através da igreja.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Então, a partir de Dom Pedro Casaldáliga, dos escritos dele, depois nós começamos... Eu não me lembro exatamente agora em que ano foi que teve a Conferência de Puebla – acho que o Padre com certeza se lembra disso – e nós trabalhávamos nessa perspectiva.

Mesmo durante a essa fase da ditadura a gente conseguia fazer uns trabalhos na comunidade, só que aqueles trabalhos assim muito sutis, muito com cuidado, para que não aparecessem as lideranças e que também nós não ficássemos expostos.

Então, foi um trabalho assim bem de formiguinha que a gente desenvolveu junto às comunidades formando grupo. A gente chamava de evangelização, momentos de conscientização, de politização, nós chamávamos também assim.

Nós já adotávamos uma metodologia do Paulo Freire, que já começava a surgir, lá do MOBREAL ainda, que a gente já participava como educadores populares e trabalhava nessa perspectiva.

Ainda na igreja nós trabalhamos também com um texto de São Thiago que falava muito de fé e ação.

Nesse sentido, no que nós queríamos incentivar as pessoas da comunidade?

Nós queríamos incentivar as pessoas a agir, a participar, a reivindicar os seus direitos e entender o que estava acontecendo naquele momento.

Enfim, nós criamos, aliás, criamos, não, nós participamos – eu sempre fui assim participante, embora a gente saiba que cada um tem o seu papel, mas entendemos que todos nós temos importância igual – nós criamos então, naquele período de 76, o círculo cultural caetés, que não sei se o pessoal tem registro, mas inclusive eu tenho ainda o estatuto da entidade comigo.

Tinha todo um pessoal junto com a gente que, enfim, hoje infelizmente não tenho contato mais.

Um deles eu fiquei sabendo que faleceu recentemente em 2012 e coordenava realmente o grupo e tal.

Então, a gente trabalhava com o teatro popular que era um teatro baseado no Augusto Boal, fazíamos teatro em casa, em que todos nós usávamos macacões e caixotes de feira.

Então, a gente fazia o nosso palco de caixotes de feira.

Nós atuávamos nesse formato.

Tínhamos atividade com crianças, que era também um teatrinho que a gente fazia com elas para desenvolver a estimulação, para que as crianças tivessem mais facilidade de se expressar e se socializar.

Em 79 ainda a gente atuou junto no movimento de saúde aqui na cidade, por mais postos de saúde.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Lembro que foi uma luta bastante interessante.

É claro, assim, que todos os movimentos, não eram movimentos... Foram movimentos que eu participei junto com outras organizações, com igrejas, com sociedades de amigos de bairros, enfim, porque Mauá sempre foi assim efervescente na participação dos movimentos.

Até esse momento eu tinha uma atuação na cidade mais nos movimentos populares e ao mesmo tempo começava a ação sindical.

E acabei, no caso, saindo da Santa Marina em 78 e foi trabalhar na Mercedes Benz em São Bernardo do Campo.

Logo em 78 teve o 3º Congresso dos Metalúrgicos que eu participei e comecei a ter uma ação sindical já ativa e foi a partir da ação sindical que começou, digamos assim, o monitoramento da ditadura em relação à minha pessoa.

É claro que eu não cheguei a ser preso, mas faltou pouco.

Então, tinha a participação no sindicato, a gente não tinha lá muito tempo para ficar em casa, era pouco tempo para dormir.

Era um tempo onde as pessoas não podiam circular a vontade pela cidade, qualquer pessoa que ficasse perambulando, logo havia um policial para perguntar, para pedir documento e saber por que aquela pessoa estava andando assim à vontade nas ruas.

Não podia formar grupos para conversar.

Inclusive um fato interessante é que muitos trabalhadores às vezes estavam sem documento e então o que eles faziam?

Mostravam as mãos.

Assim ó: “Vê se isso aqui é mão de vagabundo?”, “Olha as mãos aqui cheias de calos”, onde representava que eram trabalhadores braçais que estavam ali na labuta e que tinha o direito de circular, sim, à vontade pela cidade.

Então, na atuação sindical, eu participei das diversas greves em... Em 78 não, porque eu não estava lá ainda, mas em 79 já fui da comissão de mobilização, em 80 do comando de greve, da comissão de mobilização e do comando de greve.

Foi um período em que tiveram as chamadas listas negras.

Acho que todo mundo já ouviu falar, o pessoal que está aqui, os estudantes, os demais colegas.

Só para vocês terem ideia, eu trouxe só uma folha... Infelizmente não vai dar para vocês verem, mas, enfim, eu tenho a cópia e depois possa disponibilizar.

Mas, assim, era uma lista onde vinha a relação das empresas, ou seja, uma coluna com as empresas, os nomes dos trabalhadores e os endereços dos trabalhadores, o local de moradia.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

O que aconteceu?

Nessa mesma lista – inclusive nós estamos fazendo um trabalho acadêmico em cima dessa lista – tinha uma anotação à mão, onde tem o setor onde a gente trabalhava, com alguns detalhes.

Então, a gente tem assim uma indicação de que as empresas tiveram participação efetiva em colaboração com a ditadura.

Então, a gente tem esse tipo de documento.

Enfim, ao mesmo tempo em que está tendo essa efervescência no movimento sindical, no movimento popular, a gente participou das discussões iniciais ainda da necessidade de se ter um partido dos trabalhadores, que era uma discussão que se fazia na época, onde a gente pensava na transformação da sociedade, na sociedade socialista, onde se pensava numa virada do que estava acontecendo, se pensava na abertura política de se discutir a questão da anistia ampla, geral e irrestrita. Eram as nossas bandeiras de luta.

Então, a gente trabalhava nessa perspectiva de construir um partido amplo, democrático, de massas, onde todos pudessem participar e estar representado.

Teve a constituição do partido, eu fui um dos dirigentes do partido.

Em 82, na primeira eleição que nós tivemos, direta, nós saímos. Eu fui um dos candidatos a Prefeito pelo partido.

Mauá, naquela época, teve 14 candidatos, tinha sub-legendado. Era muito disputado, muito corrido, foi uma eleição muito polêmica, particularmente dentro do Partido dos Trabalhadores, mas, enfim, isso é outra história que a gente tem que contar em outro momento, em outro local também.

Paralelo a essa questão do partido e o partido também era um partido envolvido com os movimentos, nós também participamos da organização do movimento de transporte, que era um movimento que não era só de Mauá, mas era um movimento que tinha na região, em Santo André, em São Bernardo.

Era um movimento muito organizado em que nós discutíamos a partir de dados, não era só por que nós queríamos a redução do preço das passagens.

Esse era um motivo, mas por que nós queríamos a redução do preço das passagens? Porque o aumento que se praticava era abusivo.

Vamos fazer simbolicamente hoje, nós tínhamos uma passagem que ia de 50 para 60, aumentava 20% do preço das passagens e os salários dos trabalhadores não seguiam na mesma proporção.

Então, a gente tinha que pensar e atuar de uma forma onde você tentasse no mínimo impedir esse aumento abusivo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Enfim, como eu falei, aí nós discutíamos a partir de dados. Como é que nós fazíamos esses dados? Era com a participação das pessoas, dos integrantes do movimento.

Então, nós discutíamos assim: “Vamos pegar lá na catraca do ônibus o que está marcando lá no início e no final do dia”, porque aí você tem o número de passageiros que circula pelo ônibus.

Se eu tenho o número de passageiros e tenho a quilometragem, eu faço a conta, eu sei *quanto* o índice de passageiros por quilômetros. Se eu sei o índice de passageiros por quilômetros, eu consigo chegar no preço da passagem.

Enfim, é claro que têm os outros componentes, o gasto do ônibus, o pneu, o combustível, enfim, tem uma série de outros cálculos lá e tinha um pessoal que nos assessorava nisso, que era um pessoal de Santo André, que já estava atuando e que tinha um movimento de transporte um pouco mais avançado, digamos, enquanto levantamento de dados.

O que aconteceu?

A gente tentou várias vezes um contato com a Prefeitura, no caso com o Prefeito da época e das tentativas que eram, para nós, definitivas, nós não fomos atendidos, que foi no dia 30 de novembro de 82.

É isso, não é, Diva?

A Diva participou! Ela estava com a gente!

Enfim, em 82 nós fizemos esse movimento.

Tentamos, como nós não tivemos um atendimento pelo Prefeito, dentro do que nós gostaríamos que fôssemos atendidos e respeitados, nós saímos em passeata até a rodoviária, que era do lado do jardim, que hoje já não tem mais o jardim, tem uma parte dele só.

Nós saímos em passeata da Prefeitura que já era aqui até lá.

Chegando lá qual era a nossa disposição, a nossa proposta, era de que as pessoas não pagassem a passagem, para pressionar, para que houvesse uma conversa, para que pudesse reduzir o preço da passagem.

Aí, do nada um policial atira pra cima e aí cria-se todo um tumulto e a gente perde o controle do movimento, que ficou uma correria, enfim, foi generalizada a violência e eu tive uma perna fraturada, um olho quase furado.

O policial tentou me pegar, eu tive que segurar e foi assim que aconteceu.

Mas posteriormente a isso... Tudo isso, gente, eu estou falando do movimento, mas isso tem documento no DOPS, está lá registrado tudo que aconteceu, falando que eu liderava o movimento, enfim, conta todos os detalhes de como é que saímos em passeata, do que aconteceu na praça e tudo mais.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Tanto isso que estou falando, que teve monitoramento do DOPS que estava atrás da gente.

Mesmo assim quando quebraram a minha perna, me jogaram dentro de um camburão e aí eles batiam a porta, o camburão já estava lotado.

Tinha o camburão naquela época que era aquela Veraneio, tipo um... Enfim, era um carro grande, né! E já estava lotado de pessoas, então jogavam a gente em cima dos outros, batia porta em cima e a minha perna já era um L, né!

Aí um policial mais calminho me pôs no fusquinha e me levou para o pronto socorro que era aqui em cima. Eu acho que é no mesmo local ainda, o pronto socorro central.

Eu não sei como é hoje aqui em Mauá.

Hoje eu já não moro mais aqui.

Nesse momento foi um policial lá do meu lado, que estava no pronto socorro, já tinha sido atendido, no primeiro atendimento, ele foi lá e tacou o dedo na minha cara. Ele falou assim: “Olha, quando você sair daqui, pode se preparar”.

Passou esse momento, eu fiquei bastante tempo engessado, mas posteriormente a isso, em 83, ainda assim tive que depor em função do movimento.

Fui intimado pela polícia, só que foi muito estranho, eu fui fazer o meu depoimento no Corpo de Bombeiros, não foi na Delegacia de Polícia. Foram com militares, não foi na delegacia comum.

Foi interessante.

É claro que fui, chamei o pessoal e aí a gente já começou a ter articulação política partidária aqui pelo Partido dos Trabalhadores. Teve um Deputado em São Paulo que nos apoiou e colocou um Advogado à disposição, que foi junto comigo lá, para esse depoimento, porque se a gente tivesse ido sozinho, talvez eu não estivesse contando a história aqui hoje.

Então, tem alguns registros lá no DOPS e também pelo arquivo nacional, que a gente encontra com esses fatos.

São fatos que ocorreram.

Me cita também pelo centro cultural união que era outra entidade que existia aqui em Mauá, na Vila São João, e que teve uma feira de cultura operária popular promovida pelo sindicato de Santo André, da associação, enfim, era o fundo de greve de Santo André que também tinha lá, que promovia essa feira e o centro cultural união participou.

Eu tinha uma participação assim, enquanto dirigente, mas efetivamente já não estava mais participando do centro cultural união, mas também estava constando lá no DOPS essa minha participação.

Paralelo a isso, o que aconteceu?

Eu mencionei a vocês que em 82 fui candidato a Prefeito.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Uma das matérias... Ainda antes de formalizar a candidatura, saiu uma matéria no Diário do Grande ABC, onde falava das disputas internas do partido, da questão da sub-legenda, que um grupo favorável e outro contrário, enfim, tinha uma disputa.

Então, saiu uma matéria no jornal falando isso.

Na época eu trabalhava na Motores Rolls Royce, em São Bernardo do Campo.

No dia seguinte à matéria, eu fui demitido.

Então, conclusão, mais uma questão política que tem a participação da empresa, ou melhor, tem a participação. É trabalhador, você é trabalhador não tem direito a participar da política – é isso! – não tem direito a se organizar, não tem direito a ter uma atuação consciente, de cidadania.

Então, eu fiquei desempregado desde junho de 82 e anteriormente já tinha ficado desempregado na Mercedes Benz, logo após a greve de 80 também fiquei desempregado e estava lá na lista negra, por conta da participação enquanto trabalhador, participação sindical.

Aí segue a minha atuação na associação, no centro cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que também está registrado no DOPS e é interessante.

Eu só vou mostrar para vocês, ler para vocês como é que eles tinham o controle. Eles tinham o nome das pessoas, uma qualificação básica e o que tinha feito.

Eu, como eles não tinham muita coisa, eles colocaram o seguinte: a minha qualificação, Luiz Soares da Cruz, filho de Virgilio Soares da Cruz e Cacilda Mendes da Cruz, meu RG 7171001, integrante da comissão de mobilização do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, na greve do ABC 80.

Enfim, eles tinham isso de todas as pessoas e quanto mais informações, colocavam mais dados, se era diretor de sindicatos, se tinha participado de outras greves, tinha uma relação de informações aqui do movimento em Mauá, do transporte, - liderava a manifestação Luiz Soares da Cruz, ex-candidato a prefeito de Mauá, pelo PT, e ainda o Padre Ângelo Belasco, Vigário da Paróquia do Jardim Zaíra, Mauá, São Paulo.

Então, eram estas questões que eu acho que representam como é que a ditadura agia em tema assim, não só da repressão direta da violência, da prisão, da tortura, do assassinato das pessoas que lutavam contra a ditadura.

Mas também tinha o monitoramento dos trabalhadores em função muito do capital, da forma como a sociedade nossa está estruturada, da manutenção da cidade capitalista, tal qual ela é.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Feito isso, eu acho, *deixa eu* ver, candidatura a prefeito, eu acho que foram basicamente estas ações, gente, acho que só para ilustrar, o que foi o espelho da ditadura.

Para encerrar, quero fazer um convite a vocês, hoje eu participo de uma Entidade, associação dos metalúrgicos anistiados do ABC, “AMA A”. A “AMA A”, vai estar realizando agora nos dias 28 e 29 de agosto, lá em São Bernardo, um seminário justamente para discutir a questão da própria Entidade, o que vai fazer daqui para frente, as perspectivas. É um seminário aberto.

Quero convidar a todos vocês para participarem, vou deixar os convites com a Comissão da Verdade da Câmara de Mauá, município de Mauá, toda discussão é dentro de um lema e perspectivas de direitos humanos, memórias, verdades, justiça e reparação, que é a luta que desenvolvemos enquanto direitos humanos aqui na região e no país, que é uma luta que não é só nossa.

Então, vou deixar aqui os convites, os cartazes, agradeço mais uma vez o convite e a paciência de vocês por me ouvirem.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE – Obrigado, senhor Luiz Soares da Cruz.

Agora passo a palavra ao Vereador e relator Edgard Grecco.

O VER. EDGARD GRECCO FILHO – Senhor Presidente, só para justificar.

Peço escusa, quero cumprimentar a todos vocês, mas eu tenho outra agenda, me sinto muito bem representado por Vossa Excelência.

Obrigado e desculpe que eu tenho outra agenda.

O Sr. PRESIDENTE – Muito obrigado, Vereador.

Eu quero registrar que as seguintes autoridades, impossibilitadas de participarem da audiência, encaminharam ofício estimando que alcancemos o nosso objetivo, que é esclarecer as graves violações dos direitos humanos ocorridas em Mauá, durante a ditadura militar no Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Foram elas: o senhor Luiz Marinho, Prefeito de São Bernardo do Campo; o senhor José Américo Dias, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo e o senhor Marcelo Lucas Pereira, Secretário de trabalho e Renda da cidade de Mauá.

Muito obrigado.

Eu gostaria agora de convidar para fazer parte da Mesa e também para dar o seu depoimento, a ex-Vereadora desta Casa e também militante. Militou bastante nos anos 70, e até hoje faz um trabalho muito importante em prol da cidadania. A ex-Vereadora, Diva Alves.

A Sra. DIVA ALVES – Boa noite a todos e a todas.

Quero parabenizar uma pessoa que admiro muito que é a Raquel, professora da FAMA.

Ela está fazendo um excelente trabalho na faculdade, é a importância dos alunos conhecerem a história de Mauá. Já estive com você na FAMA e sei do seu trabalho. Parabéns a todos vocês.

Iniciei a minha militância na década de 70, 71, com a vinda do Padre José Mahon. Moro no Parque das Américas desde 68 e quando foi em 70 para 71, o Padre José chegou no Parque das Américas, ele era Padre não só da Igreja do Parque das Américas, mas também do São Apóstolo do Zaíra.

Era um bairro que não tinha nenhuma infraestrutura, água, luz, nada, apenas poço e toda uma dificuldade. Quando nós iniciamos, não tínhamos igreja, as celebrações eram feitas no grupo escolar Maria Helena Colônia.

Em contato com ele, ele passou a visitar as casas, ele percebeu a preocupação das mulheres, das dificuldades que nós tínhamos. Temos filhos, a falta de escolas, não temos Posto de Saúde, daí muitas reclamações.

Ele falou da Associação das Donas de Casa de Santa Terezinha, ela nasceu em 1963 e foi registrada em 66, como entidade filantrópica. Naquela época eles estavam muito mais adiantados que nós, porque nós não sabíamos o que era uma ditadura militar.

Mas ele falou desta entidade, e ele apresentou ao nosso bairro e nos apresentou algumas mulheres de lá.

No início nós falamos: “Como vamos poder ajudar o bairro, não temos dinheiro e nem sabemos por onde começar”. Essas mulheres tinham toda uma discussão e a associação era amizade, o objetivo dela era amizade, a formação e ação.

Foi quando começamos a ter outra visão de mundo, não só de limpar a casa, claro, a preocupação com os filhos, família e o alto custo de vida, mas o lugar que nós morávamos, toda esta dificuldade, então, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

associação nunca foi de muitas mulheres, quando nós iniciamos – é uma pena que não esteja a Celcina, foi a companheira, dona Esmeraldina que já faleceu, a dona Ana de Souza, que teve uma história muito importante.

Porque a dona Ana, a gente percebia que ela tinha um certo receio de participar das reuniões que aconteciam nas casas, no início as mulheres de Santa Terezinha vinham para nos acompanhar.

A dona Ana tinha uma história que ela morou em uma fazenda próxima de Tupã, que ela sempre contava isso para a gente, e é importante que vocês saibam.

Ela era do Partido Comunista, tinha reunião na casa dela e esta reunião foi denunciada. Então, a polícia chegou de repente na casa e muitos companheiros foram mortos, o marido dela conseguiu fugir, ela e a filha ficaram e muitos companheiros foram mortos e os corpos foram colocados em uma carroça e deram sumiço.

Ela ficou também presa, sofreu torturas, chute de polícia. Ela sempre falava que sentia uma dor, no jeito simples dela dizer, aqui no estômago, na boca do estômago, era da bota da polícia. Na delegacia tinha um macaco, e como ela estava com a menina, ela tinha medo e a filha dela também, sofriam tortura por medo do animal.

Eu coloco isto para que todos saibam que tem uma creche com o nome de Ana Augusta.

Ela não sabia ler e nem escrever, mas tinha uma visão muito importante da importância da reforma agrária, tanto é que no congresso de 1982, primeiro congresso da mulher paulista, ela foi uma das mais aplaudidas quando fez a sua fala.

Voltando para Mauá, nós começamos a fazer reuniões e abaixo-assinados, para que a gente pudesse ter água, luz, esgoto, a partir destes abaixo-assinados, principalmente a rodovia que passa Mauá, Ribeirão Pires, ali a proposta era ter uma estação, e antes tinha uma parada 48, não era uma estação, mas as pessoas desciam, e conforme foi o loteamento no Parque das Américas, então, já não parava mais o trem na antiga parada 48.

Nós começamos uma luta muito árdua para que viesse a estação de trem, mas até aí passamos por vários encontros, o Padre Mahom nos levava muito nos encontros em Santa Terezinha, lá tinha um cinema e não me lembro do nome, onde com outras pessoas nós discutimos o que estava acontecendo no país, e aí começamos a tomar consciência do que é uma ditadura militar.

Ao mesmo tempo também em reuniões em São Paulo, tivemos muitas palestras, Frei Beto, Frei Gorgulho, lembro bem do Frei Gorgulho, ele dizia o seguinte: que a besta fera antigamente, na bíblia fala que ela tem 07 chifres, que eram as 07 colunas do império romano, que realmente explorava aquele povo com autos impostos e tiravam o direito que



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

eles tinham e que a besta fera no Brasil, tinha 03 chifres que eram os 03 poderes, que eram o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

E assim outras questões que ele colocava, do evangelho na nossa vida e na situação que estávamos vivendo, e como é que nós tínhamos, íamos tomando esta consciência, Padre Mahom nos trazia jornal, principalmente o São Paulo e sabíamos também o que havia pelo país, as mortes no campo, o que acontecia no país sobre a luta pela reforma agrária e tínhamos que, como dever do cristão é comungar com o sofrimento do povo.

Em Mauá a nossa luta era muito árdua. Tinha nós do Zaíra, que era uma equipe, aliás, do Parque das Américas e do Zaíra. Lembro dona Aparecidinha, Cecília, Lazineira, e tantas outras mais que naquela época também já lutavam naquele primeiro posto de saúde, foi uma luta muito árdua lá no Zaíra e nós também no Parque da Américas.

Já que nós não podíamos nos manifestar e estava acontecendo muito no Parque das Américas, a questão da passagem onde hoje é estação Guapituba, muitos morreram ao atravessar a linha do trem, muito escuro, serração, trabalhadores morreram ali.

Também na Rua Havana, hoje rua da feira, ali havia um córrego, ali havia um mau cheiro tremendo, pelo fato de não termos esgoto, era tudo jogado ali, tivemos muitos casos de meningite, inclusive, tem uma pracinha ali na Rua Havana, que se chama Leonor Vieira, em homenagem a esta mulher que chegou a socorrer uma criança que estava com meningite. A criança conseguiu se salvar, mas ela não, pois já tinha 40 anos. Esta praça é em homenagem a ela que também participava da associação das donas de casa.

O que acontece?

Como nós não podíamos nos organizar por causa da ditadura, a questão da missa campal foi muito importante, porque o Padre José Mahom nos chamava para conversar como faríamos para poder levar este evangelho, boa notícia à população, que o evangelho não é só para rezar, que a gente teria que agir, ver, julgar e agir diante daquela situação.

Tiveram duas missas campais, uma delas foi na Rua Havana, próximo àquele córrego mal cheiroso. Durante a missa, no ofertório, houve oferta de tudo aquilo que não tínhamos, a manilha, representando a falta de esgoto, a carteira de trabalho, representando o salário baixo do trabalhador, a panela vazia, mamadeira e também flores que representavam a esperança e a certeza de uma transformação, de uma sociedade mais justa e igualitária.

Após a missa um grupo de teatro em que vários jovens da época participaram e o grupo, inventaram um teatro de ratos e os maiores ratos eram da Rua Havana.

Logo após o término da missa, os trabalhadores fizeram uma enorme cruz, colocamos ali próximo ao terminal Guapituba e uma faixa com



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

os dizeres – “O povo chora seus mortos, queremos justiça” – então o maquinista quando passava, a gente sentia, porque o apito do trem, dizíamos, tínhamos conseguido alguma coisa, mas isso também não foi fácil.

O Padre José Mahon era uma pessoa de visitar as casas, de ajudar a organizar, de ouvir o que o povo queria. Também ele teve, fizeram um abaixo-assinado que não deu em nada, porque muitos foram contra para tirar o Padre José Mahon do bairro, nesta época foi uma sociedade amigos de bairro, foi muito ruim, porque daí fomos todos contra, porque o Padre disse que ele tinha que ficar na Igreja e celebrar as missas de 7º dia. Houve conflito, mas com o tempo foi se superando isso.

A partir daí houve outros movimentos, foi em 82 para 83, como Luiz Soares, nós o chamávamos de “Lulinha”, ele esteve presente na organização para questão de abaixar o custo da passagem, porque tinha subido muito, começou em frente a Prefeitura depois para o centro onde chegou muita gente, estava uma passeata pacífica, onde tinham policiais a paisana.

Um deles pegou uma mulher pelo cabelo e deu um tiro para cima, foi o que eles queriam, o que a polícia queria para vir e tumultuar e bater nessas pessoas. Muitas pessoas foram espancadas, inclusive o Luiz Soares, acabou quebrando a perna, foi para o Hospital.

Teve outro companheiro nosso do Zaíra, fortão. A polícia acabou indo para cima dele, ele acabou batendo em 05 policiais, não sei de onde ele tirou esta força, depois ele teve que fugir, ele ficou alguns dias em São Bernardo em um convento de algumas irmãs, abrigado, se ele ficasse aqui, ele iria morrer, depois ele pode retornar.

Isso foram coisas marcantes em nossas vidas.

Também os encontros que fazíamos para lá da 4ª divisão, em Ouro Fino, no sítio São Pedro, onde lá discutíamos as coisas que aconteciam pelo país, as mortes nos campos, na cidade, as torturas, porque nós mulheres fomos tomando consciência, e ao mesmo tempo que a gente saía um pouco mais para encontrar com outras pessoas.

Na morte do Santos Dias, estivemos em frente ao Fórum, a faixa escrita – “Pai, eles sabem o que fazem” - passamos um bom tempo a pão e água, enquanto para que a morte do Santos Dias não fosse em vão, nós estávamos presentes neste momento, as mulheres de Mauá estiveram presentes.

Quero citar que porque a gente pode sair, porque eu pude ir para outros lugares, meus filhos eram pequenos, quando eu não ia, Celcina ficava com eles, eu sabia, ela falava - depois vocês trazem as informações para passar para nós - nem todas podiam ir, nem todas por questões de filho, maridos, muitas vezes meus filhos ficavam com a Celcina, inclusive minha



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

comadre, dona Esmeraldina, sempre tinha alguém, Clarice, sempre tinha alguém para ficar dando apoio, você vai e traz apoio.

Em 1975 houve o primeiro congresso da associação das donas de casa, não era só Mauá, este tempo a associação era muito forte, não só de Santa Terezinha, como tinha no bairro João Ramalho, Parque São Jorge, enfim, outros bairros, até em Santos nós tivemos um setor, foi feito em torno de 100 mulheres, na chácara Tabor, Estrada do Pêssego, de lá saímos fortalecidas, sabíamos o que poderíamos encontrar.

Nós avançamos muito, acredito por sermos dona de casa, por fazermos reuniões nas casas, então, dava para a gente estar conscientizando as pessoas, tanto é que na greve dos metalúrgicos podemos estar saindo nas ruas juntamente com padres e outras pastorais com megafone pedindo mantimento, para a gente contribuir com os metalúrgicos para a greve, e nós dizíamos que a vitória dos metalúrgicos, era a vitória de toda a classe trabalhadora e que era importante contribuir.

Trabalhamos também no fundo de greve que primeiramente foi na Matriz e depois foi na igreja São Pedro, não posso me esquecer também do primeiro encontro da mulher mauaense, onde a Gilda Fioravante estava junto com a gente, todas as mulheres, Marlene, independentemente de Partido, fizemos um grande encontro.

Hoje onde é a FAMA, era o ginásio poliesportivo, sua mãe, várias mulheres, Helena Boiago, às vezes a gente peca, a idade vai chegando e nós não temos todos os nomes aqui, mas muitas mulheres participaram deste primeiro encontro.

Houve denúncias das mulheres que ficavam na cadeia de Mauá e que tinham que se submeter a alguns policiais, enquanto mulheres eram torturadas, não tinham direitos, inclusive, nada de higiene que para a mulher era muito pior. Eu lembro da Cida dos direitos humanos, que é do Zaíra, ela visitava essas mulheres na cadeia, ela disse que as mulheres quando estavam menstruadas tinham que usar pão, porque não tinham nada para usar, nada higiênico, nem absorventes.

Foi assim que fomos denunciando as injustiças. Também foi uma época, não lembro o ano, a pastoral carcerária Benícia, fez parte junto com o Padre José Mahon, onde houve uma rebelião e vários detentos foram mortos, também tiveram que conversar com várias pessoas, irem no Fórum, enfim, todos desta Pastoral carcerária que foi muito importante nesta época onde houve esta rebelião em Mauá.

Pode ser que eu tenha esquecido muita coisa, não coloquei por ordem do ano, mas é importante que vocês saibam que as mulheres de Mauá foram muito guerreiras, são guerreiras e que vale a pena vocês conhecerem a história, porque a partir do momento que uma simples dona de casa, que veio da roça, que não sabia o que era uma ditadura militar, começou a ter



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

consciência que não dá para parar e não dá para ver as injustiças e a gente achar que é normal, a gente tem que indignar-se.

Eu fui uma pessoa que vim do interior com 12 anos, para trabalhar em casa de família, como dona de casa. Celsa foi eleita primeira Vereadora, dona de casa; eu também. A gente passa a estudar os grandes encontros, as palestras é que vão nos abrindo os olhos, que a gente pode fazer muitas coisas para mudar este país.

Eu acredito que ao rever esta história, que as pessoas falam que valeu a pena, vale a pena. Às vezes a televisão, os meios de comunicação passam tudo como baderna os movimentos, querendo criminalizar os movimentos, muita coisa a gente tem que separar o joio do trigo, a gente tem que acreditar que existem pessoas batalhando para mudar as coisas deste país, é o que tenho para dizer.

Obrigado a todos vocês.

O Sr. PRESIDENTE – Muito obrigado, quero agradecer a ex-Vereadora Diva Alves pelo depoimento.

Quero agora convidar, na realidade os depoentes desta noite já terminaram, mas quero convidar a senhora Maria Julia Lobo, que é do Centro de Memória e Resistência do Povo de Mauá, que já depôs na primeira audiência, para tecer alguns comentários.

A senhora Maria Júlia tem 05 minutos.

A Sra. MARIA JULIA LOBO – Boa noite a todos.

Obrigado, Presidente da Mesa Wagner Rubinelli, da oportunidade.

Sou membro do Centro de Memória de Mauá. Queria antes complementar que faço parte da paróquia do Padre Praxedes, faço parte da história dele e fico feliz pela professora Raquel, como ela se empenha para que os alunos conheçam um pouco da memória e da história do nosso país.

Pior regime que já aconteceu.

Parabéns, professora.

Quero aproveitar este momento para protocolar um pedido para o Presidente da Comissão da Verdade do município de Mauá, para que seja encaminhado para Brasília um pedido de uma caravana da anistia para o nosso município.

Temos inúmeros processos que vêm rolando aí, muitos anos, dificuldades diversas e eu gostaria de ler.

Posso ler, Presidente?



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

O Sr. PRESIDENTE – Pode, com certeza.

A Sra. MARIA JULIA DE OLIVEIRA LOBO - Este requerimento vai ser assinado por mim, Maria Julia de Oliveira Lobo, e pelo Olivier Negri Filho.

**“À COMISSÃO DA VERDADE DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
PRESIDENTE SR. WAGNER RUBINELLI**

Maria Júlia de Oliveira Lobo, brasileira, maior, divorciada, aposentada, residente e domiciliada à Rua Felício Sansaloni nº80- Jardim Zaíra – Mauá – São Paulo, portadora da CIRG. nº 13.783.666-1 – SP, e do CPF nº 562.489.468-68 e Olivier Negri Filho, brasileiro, maior, viúvo, Diretor de Escola, residente à, portador da CIRG. nº e do CPF nº, que o presente subscrevem, vêm respeitosamente à presença da Comissão da Verdade do Município de Mauá, solicitar e expor o que segue abaixo:

Recebemos, com orgulho, convite da Comissão da Verdade do Município de Mauá para prestarmos depoimentos relativos ao período da perseguição política durante o Regime da Ditadura Civil Militar no Brasil, somos anistiados políticos.

Nós, como outros tantos companheiros de nossa cidade de Mauá e circunvizinhos do Grande ABC Paulista, somos alguns anônimos que restaram da geração dos anos 70, que sonhavam, junto com o povo, fazer deste País um Brasil livre, soberano, democrático e independente; sonho este que continuamos a perseguir. A luta contra a Ditadura Militar nos anos 1.970, teve grande expressão na cidade de Mauá e Região.

Esta região foi palco de lutas, prisões e mortes. Integrantes que fomos da Ação Popular – AP; somos dezenas de trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, professores, donas de casa e tantos outros da sociedade. Nossa região é o berço e nascedouro do ex-Presidente do Brasil, Sr. Luis Inácio Lula da Silva, o que muito nos orgulha.

Vimos então solicitar da Comissão da Verdade do Município de Mauá que nos auxilie no encaminhamento ao Ministério da Justiça - Comissão de Anistia – Brasília – DF., pedido de CARAVANA DA ANISTIA, em nossa cidade, pois é grande o número de processos em andamento no Ministério da Justiça em Brasília, ainda aguardando julgamento, conforme relação que segue anexo ao presente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Nosso pedido de julgamento dos processos, vem de encontro ao trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade, bem como, e especialmente neste ato pela Comissão da Verdade do Município de Mauá; nosso pronunciamento é a nossa base para relatar torturas, perseguições, mortes e outros fatos, relatos estes de todos os que estiveram nos porões da Ditadura Civil Militar no Brasil.

Na cidade de Mauá temos como data base o ano de 1.970, ano de diversas prisões, torturas, tudo contido em nossos processos; todos dentro do período abrangido pela Lei 10.559 de 13 de novembro de 2.002, ou seja, de 18/09/1946 a 05/10/1988.

Quem somos? Perguntarão V.Sas.. Somos alguns anônimos que restaram da geração dos anos 70 que sonhavam, junto com o povo, fazer deste País um Brasil livre, soberano, democrático e independente.

Durante todos estes anos não nos furtamos de levar às escolas municipais, estaduais, federais, escolas particulares, associações, sindicatos, a história de nossa resistência contra a ditadura civil-militar.

É nosso objetiv, contar para os jovens trabalhadores e estudante, o que a Ditadura Civil militar fez com as gerações passadas, o que temos feito com sucesso, haja vista o grande número de palestras em que participamos e temos feito com orgulho.

Por que do pedido da Caravana da Anistia em Mauá? Nos idos anos 70 éramos jovens, muitos à época tinham menos de 18 anos; hoje temos e somos famílias formadas, envelhecemos como faz parte da natureza, a grande maioria com mais de 60 anos de idade; gostaríamos de ter nossos processos julgados, não cobramos do governo federal nossa participação os idos anos 70, mas, sim, o direito que a lei 10.559 de 13/11/2002 nos oferece, lei esta que o Congresso Nacional aprovou, medida provisória nº 65-, de 2002 – Emenda Constitucional nº 32.

Para reiterar nosso pedido juntamos ainda cópia do processo 79.118 – Moção nº 89/10 – de 19 de Outubro de 2.010 – assinado, que se encontra por todos os vereadores da cidade de Mauá, à época da sessão que formalizou, e aprovou por unanimidade o pedido da Caravana da Anistia, encaminhado ao Ministério da Justiça.”

A Sra. MARIA JULIA DE OLIVEIRA LOBO – Vou passar para o Presidente da Mesa o nosso ofício para ser encaminhado.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

O Sr. PRESIDENTE – Eu recebo a solicitação, solicito que seja autuado o presente documento e, após, seja providenciada cópias para a Sra. Júlia e seja também juntado ao processo 82.275 para todas as providências cabíveis.

Agora, dando prosseguimento à Comissão da Verdade, eu quero franquear a palavra à Sra. Raquel Quintino, professora mestre da Faculdade Fama, que tem sido uma árdua defensora também no resgate da memória da nossa cidade para que faça algumas considerações.

Professora, a senhora tem 05 minutos.

A SRA. RAQUEL QUINTINO – Boa noite a todos e todas. Eu quero agradecer o convite.

Estive presente na outra audiência, que foi um momento muito importante para a nossa cidade.

Quero ressaltar a importância da Comissão da Verdade, essa iniciativa que poderia não acontecer se não houvesse compromisso, se não houvesse a comprovação da importância de a gente ressaltar o papel da nossa cidade de Mauá na construção de um país mais democrático.

Nós que somos daqui de Mauá somos frutos dessa luta, nós que somos da cidade de Mauá o tempo todo crescemos com companheiros e companheiras envolvidos na luta pela democratização.

Somos pobres, vimos de vários lugares e por isso mesmo precisamos, somos obrigados o tempo todo, a estarmos engajados, porque senão seremos mortos, porque senão seremos torturados o tempo todo como ainda continuamos sendo pela força do capital.

O trabalho que a gente vem fazendo na Faculdade Fama é poder respeitar e dar continuidade a esse sofrimento e a essa luta que esses companheiros, que têm todo o meu respeito – Olivier, Júlia, Padre Praxedes – e tantos outros que estão mortos – Raimundo, Olavo Hansen e outros que são daqui de Mauá – e que têm a mesma importância que Vladimir Herzog e tantos outros que são tão conhecidos.

Mas nós que somos de uma cidade periférica, às vezes esquecemos de referenciar a nossa própria importância.

Então, essa é a verdade. A verdade é que a cidade de Mauá tem um papel fundamental na história do nosso país, e que nós operários e trabalhadores somos peças fundamentais para o desenvolvimento deste lugar.

Eu quero dizer também que nós que estamos aqui, meus queridos alunos e alunas, que estão descobrindo e, de certa forma, dando continuidade a essa luta. O nosso compromisso e o nosso respeito é



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

continuar denunciando o extermínio da juventude negra, olhar para o número de mortes.

Nós temos aqui em Mauá o cemitério Santa Lídia que é um cemitério de jovens, é um cemitério em que as pessoas que estão lá são frutos e vítimas da injustiça social imposta pelo capitalismo. A ditadura do capital que foi colocada lá em 64 continua até hoje e nós temos o dever não só de denunciar, mas de combater essa ditadura em todos os momentos da nossa atuação.

Eu quero dizer a importância do trabalho que começou simples e silencioso no Jardim Zaíra, que foi esse Centro de Memória. Se o Centro de Memória não tivesse articulado todas essas ações, talvez estivéssemos no esquecimento da importância que nós tivemos nesse processo de democracia no nosso país.

E quero dizer que, nós da Faculdade Fama, a nossa tentativa de contribuição é difundir a história daquilo que aconteceu e continua acontecendo. Nós estamos organizando, a partir das pesquisas que a gente vem fazendo – até de forma precária, porque o tempo ali é curto –, mas nós estamos empreendendo a construção de um site, que talvez possa vir a ser uma contribuição também tanto ao Centro de Memória, como à própria Comissão da Verdade, e que se for de interesse da presidência, a gente pode desenvolver uma articulação da produção desse material conjuntamente.

Houve no primeiro semestre um ato que foi de importância para o nosso município, que também tivemos aí importantes depoimentos. E eu acho que o momento agora é de reunir tudo isso num único lugar, de termos então a possibilidade de produzirmos um material, vídeo, mas também livro didático para estar nas escolas. Nós não temos um livro didático que conte a história dos mauaenses nesses processos de luta.

Nós não temos material para difundir, divulgar.

Uma outra ideia que talvez esta Comissão possa apoiar, empreender, além da caravana que é importante, são grafites por toda a cidade. Nós temos representantes aí da Secretaria de Cultura, contando a história de Mauá nos muros, porque a história de Mauá infelizmente parece que ela aconteceu pós-shopping. Muitas pessoas acham que Mauá existiu depois que se instaurou um shopping ali. E nós temos uma história linda de luta de todos os bairros.

Cada vez que um trem para na estação Guapituba, isso é fruto da luta das mulheres do Parque das Américas. Quem sabe disso? Quem conta isso? Quem deveria contar essa história está deixando de contar essa história para fazer o quê?

Essa é a minha pergunta.

Nós moramos em Mauá, e aquela síndrome de quem mora na periferia, que tem vergonha, que tenta esconder, que tenta omitir, vai se



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

perpetuar enquanto nós não pararmos para valorizarmos as riquezas. Os grupos de teatro do Augusto Boal, do teatro da libertação, está na biografia do Augusto Boal.

Então, quando você vai ler a história do Betinho, a história do Augusto Boal, a história de tantas outras pessoas importantes que são reverenciadas nacionalmente, Mauá tem o seu histórico. Quando a Ditadura Militar aconteceu, os militares vieram aqui para a RECAP, porque a gente sabe que o interesse é do capital, e o petróleo é o sangue do capital. E eles vieram primeiro para cá para fazerem o controle.

E a gente tem que então olhar para nós mesmos com muita alegria, olhar para nós mesmos com muito orgulho e contarmos a história para as nossas crianças, contarmos com orgulho que nós temos um grupo de catira, um grupo de samba lenço, uma banda Lyra, e tantos outros patrimônios desconhecidos e quase secretos. Por que a gente está referenciando o quê?

Então, nós temos uma Faculdade, um centro de conhecimento, e não temos uma faculdade pública – e deveríamos ter. Porque a UFABC é de todo o ABC, e por que não temos uma universidade federal do ABC para ser, inclusive, a sede do centro de memória.

Então, nós, você que é da cidade de São Paulo tem a alegria de poder estar em uma metrópole em que as coisas fluem, acontecem com dificuldade, mas acontecem. Quem é da periferia é preciso lidar até com uma sensação, até com uma vergonha de infelizmente olhar para si mesmo e falar: “Nossa, aqui não tem nada, aqui não acontece nada, nós não temos história”.

E nós somos um povo de luta. A gente ia no catecismo – eu estava conversando com os alunos – e a gente aprendia com os padres a importância de se organizar, a importância de se participar. A gente ia para a escola, e eu também estudei aqui no Viscondão, e a gente aprendia com os professores – eu tive aula com o Afonso Klein, que infelizmente saiu de Mauá agora – a importância de participar, a importância... E a gente vai dando continuidade, porque a gente tem respeito ao que viveu e ao que sofreu, ao que apanhou e ao que morreu em nome da luta por um país melhor.

Então, o nosso compromisso é dar continuidade. É dizer que continuam organizados os moradores da cidade, e que o Legislativo, e que o Executivo, e que o Judiciário, têm obrigação de lutar para que Mauá seja o espaço do conhecimento do passado, do presente e do futuro.

E que a gente tenha oportunidade de se desenvolver, porque quem é pobre não tem oportunidade de se desenvolver, porque as estruturas não estão ao nosso favor, pelo contrário, ainda estão na busca de tentar cercar as oportunidades que a gente tem para o desenvolvimento.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Então, a verdade que esta Comissão precisa dizer e difundir é essa de que Mauá é um lugar maravilhoso, de que os mauaenses são pessoas de luta, porque o ABC é o celeiro da luta do Brasil, e que se essa verdade não for todos os dias dita, nós vamos achar que somos pessoas de segunda categoria, e não somos!

Muito obrigada, agradeço a todos e a todas.

Boa noite.

O Sr. PRESIDENTE – Muito obrigado, professora Raquel.

Nós vamos agora... Nós já ouvimos todos os depoentes, os depoimentos desta noite, nós vamos franquear a palavra para que se algum dos senhores ou das senhoras quiserem fazer uma reflexão sobre o que foi, sobre esse momento da ditadura militar aqui na nossa cidade e no país, então, está aberto.

O microfone está ali, se alguém quiser fazer alguma reflexão, algum comentário, nós pedimos que sejam breves.

Dois minutinhos para pergunta, para que a gente... Não é pergunta, é para reflexão. Porque na realidade foram depoimentos que foram taquigrafados, foram registrados, mas a gente quer dar a possibilidade de vocês fazerem reflexões, comentários a respeito da ditadura militar em Mauá e no Brasil.

Então, o funcionário da Câmara está ali com o microfone, se alguém quiser fazer o uso da palavra...

Sr. Lourival?

O SR. LOURIVAL – Boa noite a todas e a todos. Mesa, meus cumprimentos. Boa noite.

Minha declaração de respeito aos que partiram nesta luta e aos que estão aí. Sr. Hélio, eu não lembro o nome dos outros... O Padre, e tudo.

Presidente, eu quero sugerir aqui a V. Exa., embora pareça incoerente, a fazer uma audiência pública ligando a tortura, essas coisas do passado, com as de hoje – como citou o senhor Hélio. E fazer por um tempo mais prolongado, para nós aqui, a reles, não ficar condicionada a excessivos 02 minutos. Que eu acredito que aqui tem pessoas que têm verdades, coisas fundamentadas, para serem ditas e serem levadas em conta.

E eu faço um apelo a V. Exa. que me permita prolongar mais um pouco. O que eu quero dizer, o senhor Hélio já sabe, o Padre... O senhor disse, Padre, e claro, perfeito, eu não estou aqui para dizer para um Padre



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

que o que ele falou é perfeito, quem sou eu, não é? De que quem faz a luta tem que estar ao lado daquele que está sofrendo aquela causa.

Eu quero dizer para o senhor, Padre, e a todos da Mesa, e ao público presente, que – modéstia a parte – eu aqui em Mauá faço a luta sem nenhuma estrutura, sem nenhum recurso, ao lado daqueles que foram citados por alguns aí, por último pela professora da FAMA, que sofrem as conseqüências das ditaduras de hoje, ditadura trazida pelo capital, ditadura essa que continua sendo imposta e quem sabe, talvez, até de uma forma mais profunda, criando exclusões, exclusões bárbaras, desumanas, do lado econômico, que traz por conseqüência todas as outras.

E qual é o veículo desta luta minha?

Aqui em Mauá, eu falo para a Mesa, falo para o público presente: temos uma associação legítima, verdadeira. Tão verdadeira e tão natural como a água que brota da fonte. Associação dos comerciantes da economia informal. O núcleo formador dela foram os ambulantes.

Padre, autoridades da Mesa, representante do Prefeito lá da capital, só depois que a gente convive com estas pessoas é que a gente vai ter consciência da profunda exclusão que essas pessoas vivem. E a essas pessoas aqui em Mauá é dito sempre o NÃO.

Eu, como presidente dessa associação, estou... Sou (inaudível) para o diálogo, sempre. Mas, infelizmente, nas conferências aqui, o tempo que nós temos, que a sociedade civil tem, são esses dois minutos. O senhor me desculpa, Presidente, mas verdades têm que ser ditas.

Então, como eu ia dizendo, eu proponho uma Comissão destas daí, uma Audiência Pública mais ampla, que sejam pelo menos 24 horas. Tem tantos eventos que são dois dias e ate mais, eu já participei de eventos... (palmas).

Essas palmas não são para mim, são para todos aqueles vitimas desta situação que eu estou citando aqui, que é uma grande parcela da população brasileira.

Então, como eu ia dizendo, tem eventos que são de 03 dias, e esta Comissão que é tão importante... Primeiro lugar para reverenciar aqueles com respeito, da forma adequada, aqueles que foram... Que veja só, o senhor Hélio, o Padre, o ex-Vereador aí, a ex-vereadora, o Olivier e tudo... Que existe uma diferença de pessoas nesta luta aí. Existem aqueles que lutavam realmente por uma causa social, mudança social profunda no nosso país. Até aí foi citado pela ex-Vereadora Diva a reforma agrária. Eu pergunto: cadê a reforma agrária? Onde ela está? Onde ela está?

Então, grande parcela daqueles que lutavam verdadeiramente, se foram. Mas, imagino que vocês vão concordar comigo, havia aqueles que lutavam apenas para a volta do regime democrático, para obterem o direito de votarem e serem votados, principalmente de serem



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

votados. Então, essa parcela hoje não está muito incomodada com os problemas da base social.

Olha, Mesa, olha, público, a população vive de forma... Uma parcela de forma amedrontada. Os que eu represento, ou tento representar, por incrível que pareça, por absurdo que pareça, problemas, perseguições que acontecem lá com eles, eles não têm coragem de dizer, têm medo. Têm medo das conseqüências, de perseguições, intimidações que podem surgir pra cima deles. À vezes eu falo com eles: “Vamos lá, a gente tem que falar isso, tem que fazer o documento expondo isso”.

“Ah, Lourival, mas...”.

O Sr. PRESIDENTE – Conclua, por gentileza, senhor Lourival.

O Sr. LOURIVAL – ... Eu *esqueci de* dizer o meu nome.

Então, Vereador, para concluir, por gentileza, fica o meu apelo, eu fiz ali uma série de anotações.

Vamos cobrar uma democracia participativa que leva diretamente a cidadania, que é o veículo de nós distanciarmos cada vez mais desta situação que vocês estão aí expondo.

A nossa Constituição Federal determina: as leis referentes aos direitos fundamentais são de aplicação imediata. Quem faz (*inaudível*) pela moradia vê isso, por saúde vê isso, por educação vê isso.

Não vê.

Vamos aprender a cobrar os nossos direitos.

O Sr. PRESIDENTE – Obrigado.

Eu gostaria de perguntar se tem mais algum cidadão ou mais alguma cidadã que gostaria de fazer mais alguma reflexão sobre o período que nós passamos, o período da Ditadura Militar, das perseguições.

Tem mais alguém que gostaria de fazer uma explanação, uma observação a respeito?

Pois não, eu só pediria para a senhora falar o seu nome.

Sr^a DANIELE – Boa noite, meu nome é Daniele, eu sou estudante de Serviço Social da Faculdade FAMA e eu tive a oportunidade de acompanhar com os alunos do curso o projeto que nós estamos desenvolvendo na faculdade que é este resgate da história de luta na cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

E é assim, eu gostaria de mais uma vez agradecer.

Nós tivemos a oportunidade de contar com a presença de vários companheiros contribuindo com as histórias deles de luta e resistência.

E dizer, em nome de todos os estudantes, eu acredito que eu falo em nome de todos eles, de que nós estamos aqui mesmo para contribuir no sentido de disseminar a história e não deixar que esta história se perca.

Só isso e muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE – Muito obrigado.

Agora eu vou passar a palavra para o Senhor Olivier Negri Filho para fazer algumas considerações também, antes de nós encerrarmos.

O Senhor tem 05 minutos, Vereador.

O Sr. OLIVIER NEGRI FILHO – Boa noite a todas e a todos.

Eu vou, realmente, ser muito breve, porque as ponderações que foram feitas anteriormente me fizeram regredir pelo menos 50 anos atrás – já estou com 62.

Eu queria dizer da minha satisfação da gente estar podendo contribuir para resgatar esta memória do nosso povo, através desta comissão que está sendo presidida pelo Wagner Rubinelli, que iniciou politicamente, participando do nosso grupo, com o Reverendo Glênio, da igreja anglicana, o pessoal da comunidade São Paulo Apóstolo do Jardim Zaíra também.

Porque muita gente fala: “Mas e os protestantes participaram da luta?”.

Participaram, sim. Os luteranos participaram, os presbiterianos participaram, os anglicanos, aqui de Mauá foi o Padre Glênio. E nós participamos juntos também nos CEP's, em Santo André, com o Celso Daniel, com o Bruno, com a Marilene Nakano, enfim... Foi assim, um trabalho de construção e que a gente vê os frutos.

O Edgarzinho Grecco, que acabou de sair, quando ele foi Vereador pela primeira vez, ele era da Arena. Arena, partido do Governo.

E ele acabou dando apoio ao movimento sindical arrecadando alimentos para o fundo de greve e começou a se politizar, porque ele freqüentava muito a nossa casa, e meu pai, minha mãe, a gente lá... Enfim... Eu estou querendo dizer com isso o seguinte, há algum tempo atrás o pessoal falava assim: “Essa juventude alienada só fica no facebook, só fica na televisão, no shopping, são alienados”.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Olha, eu quero dizer que eu realmente discordo radicalmente disso. Alienado é aquela pessoa que se acomodou, entendeu, e desistiu da luta.

Eu sou diretor de escola pública, já estou aí há 38 anos na educação aqui no nosso município, sempre no nosso município e sempre lá no Jardim Zaíra, porque eu moro lá desde 58, sou professor, fui professor no Izilda, fui Diretor no Mercedes, sou Diretor no Iracema Klein.

E ontem os professores lá da escola, de História, de Filosofia, Sociologia, *me* pediram para que eu batesse um papo com os meninos, e alguns adultos, lógico, que nós temos lá o EJA à noite do ensino médio, e tem os garotos do ensino médio. Para falar um pouquinho com eles sobre a Ditadura Militar.

Nós tivemos numa outra oportunidade a visita do Padre Praxedes, da Júlia, da Gilda, também num debate sobre a Ditadura Militar lá no Iracema Klein. E mais uma vez, ontem, eu fiquei extremamente emocionado.

Por quê?

Porque assim, quem estava falando com eles não era o diretor da escola, mas era uma pessoa que mora no bairro, que o pai me conhece, a mãe me conhece, o avô, e muitas vezes o bisavô e a bisavó me conhecem. E eles participaram de uma maneira tão ativa, tão interessados no assunto, na luta que era de ontem, mas que hoje precisa de ter continuidade, que foi uma coisa impressionante.

Tinha lá acho todos os professores dessa sala de aula e os que estavam com aula vaga, os eventuais, estavam lá participando também. Bom, deu sinal e os meninos não queriam nem descer, queriam continuar conversando.

Aí, mesmo assim, eu falei: “Bom, já é um pouco tarde...”.

Descemos lá para o pátio. Bom, eram 10 horas da noite e os meninos nem queriam ir para a sala de aula, queriam conversar sobre a Ditadura Militar, sobre os movimentos populares existentes hoje.

Então, tem uma militância aí que eu faço a minha parte, eu sei que ela é modesta, mas eu dou a minha contribuição no Centro de Memória daqui de Mauá.

Participo também do Memorial da Resistência, que foi criado em Santo André com apoio do sindicato, e com respaldo do Prefeito Grana, que é um cara que eu tenho um respeito profundo, pelo envolvimento que ele tem na luta de resgate, na luta que houve contra a ditadura, e os movimentos...



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

E o que tem que ser resgatado hoje em termos de desigualdades sociais. Então, eu tenho um respeito muito grande pelo Grana.

E a gente participa lá do Centro de Memória, do Memorial de Resistência lá em Santo André também, e sou diretor da Sabajazac, a gente continua fazendo trabalho social lá.

E paralelo a isso a gente tem procurado contribuir no sentido de que novas lideranças vão surgindo, e que as lutas realmente têm uma conseqüência, não apenas o quebra-quebra, mas a conquista dos direitos da cidadania. Este ano é um ano eleitoral e nós temos a obrigação de mostrar para os nossos jovens que o voto tem que ser consciente.

E sobretudo quero concluir dizendo da minha grande satisfação de estar aqui com o Padre Praxedes que foi um dos meus principais mentores. Lógico, eu não aprendi nem 10% de todo ensinamento que ele pode transmitir, porque eu não sou muito inteligente, não. Mas o pouquinho do que eu aprendi com ele, eu tenho procurado estar transmitindo e eu espero só parar de lutar contra as desigualdades, as injustiças neste país, no dia em que eu morrer.

Aí não tem jeito. Outros virão e me substituirão com certeza. Eu já tenho duas lá que são mais ou menos guerrilheiras – não é, Wagner? – elas não estão aqui hoje por problemas, outros problemas, mas tenho duas guerrilheiras, aprendizes de guerrilheiras, lá em casa.

Então, boa noite, muito obrigado. É uma satisfação muito grande poder contribuir.

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE – Muito obrigado, Vereador Olivier.

Eu quero agradecer a presença e a inestimável participação dos depoentes desta audiência pública que tomaram assento em lugar de honra e destaque: a ex-Vereadora Diva Alves, o senhor Hélio Jerônimo da Silva, o senhor Luiz Soares da Cruz, o ilustríssimo Padre Walfrides Praxedes, o meu amigo Vereador Olivier Negri Filho, a senhora Júlia, a professora Raquel – que fez um belíssimo discurso, parabéns.

Quero agradecer a cada cidadão, a cada cidadã, que participaram aqui nesta noite desta audiência pública.

Chegamos ao final desta audiência pública, que tratou de registrar o depoimento de pessoas que sofreram durante o período da Ditadura Militar no Brasil. O material registrado será remetido à Comissão Nacional da Verdade, em Brasília.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Em nome dos membros da Comissão da Verdade de Mauá e de todo o legislativo mauaense, agradeço a presença de todas as autoridades que estiveram aqui conosco, dos depoentes, de vocês, munícipes presentes. Agradeço também aos servidores desta casa e demais pessoas que contribuíram para a realização deste evento.

Muito obrigado a todos vocês.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos nós.

LEVANTA-SE A SESSÃO – 21h40min